Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data ___/___/___
cod. 220000083

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL

PROTOCOLAR

São Paulo, 29 de agosto de 2001.

Ref: Ofício nº 273/2001 – IBAMA / Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental

Senhor Presidente

Vimos com imensa satisfação parabeniza-lo pela recente posição adotada por esse órgão com relação ao processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto e das demais UHEs previstas para o rio Riberia de Iguape, tornada pública por meio do ofício em referência.

O Instituto Socioambiental vem há anos acompanhando de perto o caso em questão, pelos potenciais impactos negativos sociais e ambientais que poderá causar, notadamente sobre as comunidades de remanescentes de quilombos situadas na área de influência direta das quatro usinas projetadas para o rio. Preocupa também a fragmentação do processo de licenciamento ambiental, que desconsidera a existência de mais de uma usina proposta para o mesmo rio, em afronta direta aos mandamentos da Resolução CONAMA 001/86. Por esses e outros motivos, o Ministério Público Federal tem uma ação ajuizada e um inquérito civil público para acompanhar o processo de licenciamento, já tendo apontado uma série de falhas no EIA/RIMA apresentado para o licenciamento de Tijuco Alto.

Diversas cartas, ofícios, abaixo-assinados e reclamações foram enviadas pela sociedade civil organizada ao IBAMA cobrando uma posição diante da ilegalidade de se licenciar isoladamente cada empreendimento e da desconsideração das comunidades de quilombos no EIA/RIMA apresentado pela Companhia Brasileira de Alumínio – CBA no âmbito do processo de licenciamento ambiental de Tijuco Alto. Uma manifestação em março desse ano, realizada em frente à superintendência regional do IBAMA em São Paulo, pôde mostrar o descontentamento das comunidades afetadas e do movimento social e ambiental paulista na condução do caso.

Recebido na SECEX/MMA
Data: 3 / 9 /2001
Nº [illegible]
Às 15 : 15 horas
[illegible]

Acervo ISA

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL

Felizmente, depois de anos de divergências, e de pouca possibilidade de participação da sociedade civil no processo como um todo, o IBAMA teve a coragem de assumir que o processo de licenciamento estava equivocado desde o início, e que deve ser alterado para poder atender não só a legislação pertinente, como também a necessidade de democratização da Administração Pública.

Ficamos extremamente satisfeitos com a posição oficial desse órgão em admitir a necessidade do licenciamento integrado de todas as hidrelétricas previstas para o rio Ribeira de Iguape, bem como com o compromisso de possibilitar a ampla participação de todas as comunidades de quilombos afetadas pelos empreendimentos e das ONGs atentas à questão, em todos os passos do processo de licenciamento.

Essa atitude respeita os direitos das comunidades afetadas e de toda a sociedade paulista, paranaense e brasileira, que se preocupa com os destinos do Vale do Ribeira, cuja importância lhe conferiu os títulos de Patrimônio Nacional, pela Constituição Federal e Patrimônio da Humanidade, pela Unesco.

Atenciosamente

João Paulo Ribeiro Capobianco
Coordenador

Nilto Ignácio Tatto
Secretário Executivo

Ilmo. Sr.
Dr. HAMILTON NOBRE CASARA
MD. Presidente do IBAMA
Av. L4 Norte Ed. Sede do IBAMA - Bl. B
Brasília - DF

c.c.:
Dr. José Sarney Filho - Ministro do Meio Ambiente
Dr. José Carlos Carvalho - Secretário Executivo no Ministério do Meio Ambiente
Rede de ONGs da Mata Atlântica